

**Reunião ordinária****Ata n.º 09/2019****Data: 2019-04-15****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.18 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES REALIZADAS A 8 E 18 DE FEVEREIRO DE 2019
BALANCETE -----****N.º 01 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DOS SMAS DE TOMAR REFERENTE AO
ANO DE 2018 (2281/ENTE/DAJA/2019 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----****N.º 02 – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE
TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2018 (274/PGEN/DF/2019 - 1/PCONTAS/DF/2019)-----****N.º 03 – PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE
2019 DO MUNICÍPIO DE TOMAR (275/PGEN/DF/2019 - 1/ORC/DF/2018) -----****N.º 04 – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019 DOS SMAS DE TOMAR
(2280/ENTE/DAJA/2019 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----****N.º 05 – PROTOCOLO DE ASSISTÊNCIA AO HELIPORTO DA UNIDADE HOSPITALAR DE
TOMAR (2024/ENTE/DAJA/2019 - 9/ORGFUN/PR/2013) -----**



- N.º 06 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL NO MÊS DE MARÇO DE 2019**
(43/PGEN/PR/2019 - 15/DIVER/PR/2013) -----
PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----
- N.º 07 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO** (19/PPRC/PR/2019) -----
INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----
- N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017** (28/PPRC/PR/2019)-----
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:-----
- N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – março de 2019** (9/PGEN/GC/2019) -----
GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO “TOMARHABITA”: -----
- N.º 10 – ADAPTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA NABÂNCIA – PROJETO BASE** (1791/ENTE/DAJA/2019 - 1/EDIMUN/EPTH/2018) -----
DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----
- N.º 11 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação de Basquetebol de Santarém** (2142/ENTE/DAJA/2019) -----
DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----
- N.º 12 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO TRABALHADOR LUCIANO BERNARDO CAETANO BENTO** (261/PGEN/DAJA/2019)-----
- N.º 13 – ALVARÁ DE LICENÇA DE TÁXI N.º 46/2003 – Joaquim Alicio da Silva**
(2/TAXI/DAJA/2019 - 1/TAXI/DAJA/2019)-----
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO BAILE DE FINALISTAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA JÁCOME RATTON – Agrupamento de Escolas Templários**
(5/PUBO/DAJA/2019 - 1/PUBLI/DAJA/2019)-----
- N.º 15 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A FESTA ANUAL - Centro de Reunião e Convívio do Povo da Zona dos Brazões** (4/PUBO/DAJA/2019 - 1/PUBLI/DAJA/2019) -----
- N.º 16 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A FESTA ANUAL - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Asseiceira**
(6/PUBO/DAJA/2019 - 1/PUBLI/DAJA/2019)-----
- N.º 17 – FILMAGENS PARA PROGRAMA TELEVISIVO “A ÁRVORE DOS DESEJOS” – isenção de taxas** (4/PGEN/GDE/2019) -----



- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----**
- N.º 18 – RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE EDUCAÇÃO (10/PAIN/UISE/2019 - 13/DIVER/DEAS/2013)-----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 19 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (18/EALV/DGT/2017 - 620/EDIF/DGT/2015) -----**
- N.º 20 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA – Declaração de Caducidade (315/JUEL/DGT/2016 - 187/EDIF/DGT/2014)-----**
- N.º 21 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA TRANSFORMAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA SERPA PINTO N.º 30, E AVENIDA MARQUÊS DE TOMAR, N.º 8, EM UNIDADE HOTELEIRA – Soconjoser - Construções e Administração de Imóveis, Lda (19/PEDI/DGT/2019 - 255/EDIF/DGT/2018)-----**
- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**
- N.º 22 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS A ESTÁGIO DE ÁRBITROS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL (1395/ENTE/DAJA/2019)-----**
- N.º 23 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS À CAMINHADA TRILHO DAS CASCATAS DE OLALHAS (1454/ENTE/DAJA/2019)-----**
- N.º 24 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – Isidro dos Moinhos da Silva (2151/ENTE/DAJA/2019)-----**
- N.º 25 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE OLALHAS – Albertino Pereira das Neves (1915/ENTE/DAJA/2019) -----**
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**
- N.º 26 – XXVI CONGRESSO DA SOPA (3/EVAT/DTC/2019 - 1/ATIVEV/DTC/2019) -----**
- EXPEDIENTE:-----**
- N.º 27 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO DA RUA DA NABÂNCIA, N.º 12 (3/PCER/DAJA/2019 - 4/DIVER/DAJA/2019)----**
- N.º 28 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 837 (Cem Soldos) do Corpo Nacional de Escutas (2217/ENTE/DAJA/2019 - 15/DIVER/PR/2013) -----**
- N.º 29 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 44 (Tomar) do Corpo Nacional de Escutas (2458/ENTE/DAJA/2019 - 15/DIVER/PR/2013) -----**
- N.º 30 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Igreja Evangélica Baptista de Tomar (2450/ENTE/DAJA/2019 - 15/DIVER/PR/2013) -----**



N.º 31 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS DE SEFARAD REFERENTE A 2018 (2346/ENTE/DAJA/2019 - 39/ENTEXT/PR/2013)-----

N.º 32 – ATUALIZAÇÃO DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O ANO DE 2019 (2207/ENTE/DAJA/2019 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia". -----

A Sra. Presidente deu conhecimento da necessidade de se ausentar cerca das dezasseis horas e trinta minutos, para participar numa reunião na Secretaria de Estado da Economia sobre a Prado Kartoon. -----

O Executivo Municipal tomou conhecimento do falecimento do empresário João Salvador.-----

VOTO DE PESAR-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara Municipal de Tomar deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de sentido pesar pelo falecimento do empresário tomarense Joao Salvador e expressar condolências à sua família. -----

De seguida, foram proferidas as seguintes intervenções:-----

A Sra. Presidente partilhou que, entre um de janeiro e trinta e um de março do corrente ano, os Bombeiros Municipais de Tomar efetuaram duzentos e sessenta e cinco serviços de transporte de doentes não urgentes (transportes para hospitais centrais e regionais, retornos das Unidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo para os domicílios, hemodiálise e consultas), nos quais transportaram novecentas e sessenta e cinco pessoas, e mil cento e quarenta e seis serviços de emergência, com transporte de mil cento e sete vítimas. Referiu que é preciso perceber a dimensão dos números, nomeadamente em termos de emergência pré-hospitalar, para compreender que não é possível deixar de fazer aquilo que é obrigação e missão dos bombeiros para assegurar serviços que podem ser assegurados por outros corpos de bombeiros; o número de transportes de emergência é quase o quádruplo do número de transportes de doentes não urgentes, mas, no primeiro caso, foram gastas mil quatrocentas e quarenta e seis horas e, no segundo, mil trezentas e sessenta e três horas; um transporte de doentes não urgentes faz alocar muito mais tempo, em termos de equipamento e de equipa. Referiu que é público que o presidente do Conselho de Administração do Hospital de Leiria demissionário disse que a urgência de Leiria estava sobrecarregada e iria deixar de atender os utentes do Médio Tejo; há cerca de dois/três anos, qualquer doente tem a liberdade de escolher onde quer ser atendido em matéria de urgência e estas declarações causaram algum



transtorno, sobretudo à população de Ourém, a mais afetada; teve lugar uma reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo que referiu que as urgências de Torres Novas e de Tomar, apesar de serem básicas têm capacidade para poder receber muito mais utentes até porque há orientações no sentido de, perante um fluxo anormal na urgência, quem estiver a exercer medicina ter que baixar à urgência e assegurar a prestação desse serviço; por outro lado, analisou-se a questão de o CODU poder passar a encaminhar para Tomar e Torres Novas, quando o quadro clínico não obrigue a deslocação para urgência médico-cirúrgica, e, nos restantes casos, para Abrantes ou Leiria, consoante a proximidade do doente. Referiu que, nesta sequência, a semana passada, teve lugar uma reunião com a Sra. Ministra da Saúde e com o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo onde foi dado a conhecer que a Sra. Ministra está a tentar dotar o Hospital de Leiria com mais meios e que iria ser analisada a possibilidade de alteração ao encaminhamento dos doentes ao nível do CODU.-----

O Sr. Vereador José Delgado deu conta de que é pretensão dos vereadores do PSD que haja unanimidade em fazer um reconhecimento atempado ao Arquiteto Costa Rosa, um ilustre tomarense que tudo deu, e continua a dar, a Tomar, como profissional e como cidadão, uma referência para os tomarenses de todas as faixas etárias, ao longo de décadas, nas mais diversas áreas, em tudo o que envolve Tomar, sem esquecer os Tabuleiros; vão apresentar uma proposta para que seja dado o seu nome a uma rua de referência da cidade, por entenderem que têm o dever e a obrigação de reconhecer quem defende e tudo deu a Tomar.

A Sra. Presidente sublinhou que têm decidido sempre por unanimidade que figuras homenagear no dia da cidade; também o Arquiteto Costa Rosa já foi homenageado, mas subscrevem a proposta solicitando apenas que o seu nome seja atribuído a um espaço público e não a uma rua, porque já não têm ruas sem topónimo. -----

O Sr. Vereador José Delgado passou a referir a preocupação pela situação do talude que desabou na estrada de Paialvo, mais conhecida por estrada da FAI; teve o cuidado de, mais uma vez, ir ao local verificar com os seus olhos o que se passa e, de cada vez que o faz, fica mais preocupado, a diversos níveis; a Infraestruturas de Portugal nada fez e têm ali uma mancha de risco/perigo num local onde as bermas estão ocupadas com baias, que fazem a delimitação da zona do desabamento, que se encontra coberta por plástico, sem que saibam o que se passa lá debaixo, se desabou mais ou se existem galerias sob esse talude; como verificou, os peões passam no meio da estrada, numa zona em curva, onde não há visibilidade, pelo menos para quem vem de baixo; em termos de sinalização, têm um sinal de



perigo a jusante e outro a montante, sem encaminhar ou dar mais qualquer informação; estão em período de chuvas, podem ocorrer chuvadas intensas, e era importante saber que tipo de monitorização foi ou está a ser feita, se é apenas visual, como também fez, ou se é mais técnica e mais profunda, por exemplo com recurso a inclinómetros, se foi verificado e há informação se houve deslizamento sob o que lá está; o facto de os peões passarem e serem obrigados a usar a via é perigoso e não há qualquer informação sobre isso, ainda para mais à noite, porque não há iluminação. Salientou que há vários riscos associados a esta situação que é missão da Infraestruturas de Portugal resolver, e nada faz; espera que, um dia, não se esteja lá com a comunicação social em peso devido a uma situação de calamidade causada por um deslizamento de terras, que não se deseja, mas pode ocorrer, a jusante ou a montante; não percebe como é que é possível que aquela entidade, que demorou tanto tempo para resolver a situação na estrada de Leiria (e de uma forma muito ligeira, com recurso a blocos de betão, como não se faz em lado nenhum em situações do género) não atue numa zona que está instável e onde, constantemente, passam carros pesados. Disse que não querem que aconteça mal nenhum à população de Tomar, nem aos seus visitantes; a situação está como está há mais de um ano e não há uma ação de quem tutela estas situações, o que urge resolver; hoje, as alterações climáticas provocam situações inesperadas ao nível das intempéries, vão entrar em período de chuvas e podem ter ali uma situação grave; aproxima-se a festa dos Tabuleiros e vão circular ali muito mais pessoas e os tomarenses têm que ter o problema resolvido; não chegam as ações que sabe já terem sido feitas, têm que ir à tutela e chamar os bois pelos nomes. -----

A Sra. Presidente disse que partilha destas preocupações e que pode fazer chegar aos vereadores o que tem sido produzido pelo departamento de obras municipais sobre esta matéria; têm estado a monitorizar a situação e, como já assumiu publicamente, no dia em que lhe disserem que há perigo, manda encerrar a estrada; já o fez uma vez e, no dia seguinte, a Infraestruturas de Portugal veio dizer que não havia perigo e reabriu a estrada; no âmbito da descentralização de competências, aceitaram recentemente as vias de comunicação e entende que têm toda a autoridade para poderem encerrar a estrada.-----

O Sr. Vereador José Delgado perguntou se há algum documento onde a Infraestruturas de Portugal diga, preto no branco, que não há perigo nenhum; conversa de boca vale pouco e o que era preciso é que dissessem, por escrito, que se pode circular à vontade porque não há nenhum risco, sendo certo que não há técnico nenhum no mundo, que seja consciente e saiba o que é responsabilidade profissional, que o escreva, pelo que lhes resta ter fé em Deus. -----



A Sra. Vereadora Célia Bonet sublinhou que, numa das últimas reuniões, procedeu à leitura de um e-mail que continha uma ordem interna onde, a partir daquela data, se proibia o transporte de doentes não urgentes exceto se os doentes fossem familiares de funcionários municipais ou de bombeiros; os vereadores do PSD não pretendem com as suas intervenções, especialmente sobre este assunto dos bombeiros, fazer qualquer ataque, pretendem sim que os tomarenses que não têm carro, que não têm familiares que os possam transportar, que não têm meios financeiros para se deslocarem para fazer os tratamentos de que necessitam onde os mesmos estão disponíveis, o possam fazer na mesma; consideram que é um serviço essencial, mas até podem entender que nem sempre seja possível a sua prestação, por falta de recursos, em determinado dia ou em determinada semana; o número de serviços prestados pelos Bombeiros Municipais animam-na um pouco porque significam que os transportes continuaram a ser feitos; não a satisfaz plenamente, como, com certeza, não satisfará a Sra. Presidente, que pretenderá ter os meios necessários para poder assegurar os transportes dos tomarenses, e gostaria que encontrassem um modo de continuar a disponibilizar esse serviço aos utentes que dele precisem, recrutando meios humanos e disponibilizando meios de transporte, que comesçassem a programar e a planear para que, daqui a algum tempo, a situação não piore em vez de melhorar; os números que foram reportados são muito importantes para perceberem que não se cortou radicalmente, que tem havido dificuldade em fazer o transporte, mas não é um serviço que esteja indisponível; vão aguardar e tentar resolver os problemas de modo a que, no futuro, possam disponibilizar esse serviço de transporte em melhores condições. Perguntou qual é o ponto da situação do contrato de arrendamento da Estalagem de Santa Iria e do início das obras, se já foi apresentado algum projeto para as obras e se o mesmo virá a este órgão para aprovação; por outro lado, a vinte e nove de outubro, deliberaram constituir uma comissão de acompanhamento da execução do referido contrato e gostava de saber se já há algum trabalho dessa comissão, se já se pronunciou sobre o assunto e, em caso afirmativo, qual foi o resultado.-----

A Sra. Presidente respondeu que a comissão já produziu um primeiro relatório que está a aguardar a sua análise prévia, para envio à reunião, para conhecimento. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, naquilo que tem a ver essencialmente com as questões do urbanismo, tem havido algumas reuniões essencialmente técnicas, duas das quais com a sua presença, para a entidade que ganhou o concurso ir mostrando o que tem sido o seu trabalho de construção do projeto de reabilitação do espaço da antiga estalagem de Santa Iria, atendendo às normas do procedimento e às normas legais em vigor para o funcionamento



de uma unidade hoteleira; em muitos aspetos, o edifício há muito não cumpria estas normas e essa tem sido a principal dificuldade; não há ainda um projeto final acabado porque a conciliação entre a preservação do edifício e das suas características com as regras para a instalação de uma unidade hoteleira com as características que se pretendem – todos desejam que seja uma unidade de excelência – nem sempre são fáceis; à luz das normas do concurso, o projeto já devia estar terminado, mas compreendem as dificuldades com que se deparam, nomeadamente junto de outras entidades externas; o edifício é do município, mas o Turismo de Portugal e a Agência Portuguesa do Ambiente têm uma palavra a dizer e a equipa projetista e os proprietários têm que dar satisfação a essas necessidades e exigências; num ou noutro ponto do projeto há dificuldade em conciliar as regras do concurso e a necessidade de manter o mais possível o edifício tal como existe, mas legalizando-o para a atividade que é pretendida com as regras que vigoram atualmente. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se estão previstas consequências para o não cumprimento dos prazos, se se aceita o atraso que existe tendo em conta o acompanhamento pelo Município ou se existem consequências e quais. -----

A Sra. Presidente referiu que o procedimento prevê consequências para o atraso desde que seja por manifesta responsabilidade de quem ganhou o concurso, o que não acontece neste caso; é preciso obter os pareceres de duas entidades externas para que o projeto possa avançar; neste momento, não estão sequer a pensar responsabilizar o arrendatário pelo que quer que seja. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos alertou para a situação de, em Tomar, a exemplo de outras cidades, sobretudo no centro histórico, haver um problema de excesso de fios e cabos nas fachadas dos prédios; o ideal seria não haver quaisquer fios à mostra e serem colocados subterrâneos; sendo essa uma tarefa mais complexa, os vereadores do PSD propõem que, para já, a Câmara mande remover todos os cabos telefónicos e de TV por cabo que se encontrem desativados e sem funcionar. -----

A Sra. Presidente agradeceu a preocupação, da qual comungam; nesta matéria, há zonas da cidade que parecem terceiro mundistas; é uma coisa que não consegue perceber e para a qual têm tentado sensibilizar havendo entidades que estão a fazer um esforço nesse sentido; praticamente todas as semanas concedem autorizações para aberturas de vala para enterrar os cabos e solicitam sempre a remoção dos antigos, mas ainda há muito por fazer; há zonas onde já estão enterrados há anos e anos, mas continuam lá os antigos, o que efetivamente dá muito mau aspeto à cidade. -----



O Sr. Vereador Luís Ramos salientou que há municípios que estão a proceder à retirada de uma quantidade enorme de cabos que não estão a ter utilização. Referiu que são cada vez mais os peregrinos que utilizam o Caminho de Santiago, que inclui uma passagem por Tomar, com entrada pela estrada nacional cento e dez; torna-se perigoso para os peregrinos circular a pé ao longo dessa estrada, em Vale Cabrito, Carvalhos de Figueiredo e São Lourenço, sem passeios e, nalguns casos, quase sem bermas, além de não haver sinalética a alertar para a circulação de pessoas. Referiu que se torna urgente tomar medidas que reforcem a segurança dos peregrinos e moradores naquelas localidades e que a Câmara deve pressionar, de forma constante e persistente, a Infraestruturas de Portugal para que esse problema seja resolvido. -

A Sra. Presidente referiu que o Caminho Português de Santiago foi marcado pela Associação Via Lusitana e está devidamente sinalizado; passa por dentro de Carvalhos de Figueiredo e não pela estrada nacional cento e dez, mas alguns peregrinos fazem um atalho.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que há muitos peregrinos que chegam ao cruzamento de Carvalhos de Figueiredo e viram à direita, pela estrada nacional, porque se torna mais perto, mas o caminho está bem sinalizado e indica para o sentido contrário, uma volta maior, mas muito mais segura; neste momento, estão a fazer o reconhecimento do percurso para destacarem o que não esteja sinalizado ou esteja mal sinalizado. Deu conhecimento que, no dia dezoito de abril, dia dos monumentos e dos sítios, irão promover um percurso entre o Convento de Cristo e os Casais, para que possam detetar e emendar eventuais falhas, convidando todos os presentes a participar.-----

O Sr. Vereador Luís Ramos disse que, de qualquer forma, é uma zona onde habita muita gente e para quem lá passa é relativamente perigoso, pelo que deviam pressionar a Infraestruturas de Portugal para resolver a situação das bermas e dos passeios.-----

A Sra. Presidente disse que têm tentado, mas não implica apenas a Infraestruturas de Portugal; não existem infraestruturas o que obriga à intervenção da EPAL, da EDP e da Tagusgás, para além das redes de telecomunicações. Referiu que, no âmbito do processo de descentralização, aceitaram as vias públicas e o licenciamento administrativo da plataforma para poderem entrar em processo negocial para a reabilitação e requalificação das estradas nacionais no concelho de Tomar e estão a aguardar que o Ministério das Infraestruturas os chame para iniciar o processo. Informou que existe um projeto na Câmara que engloba todas essas infraestruturas; não promoveram a sua revisão porque não havia da outra parte intenção de avançar; a preços da altura, aponta para valores na ordem dos cinco milhões de



euros; numa negociação, até poderiam ter entrado com algum montante, mas nem a Infraestruturas de Portugal nem a EPAL se manifestaram recetivas a fazer essa intervenção. --

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se já existe algum relatório da auditoria que, há alguns meses, foi feita à Câmara Municipal, se foram apresentadas algumas questões e quais, e, a existirem, se as mesmas mereceram resposta e qual, porque pretendem pedir para ter acesso a essa documentação.-----

A Sra. Presidente disse que, por lei, são obrigados a dar conhecimento do relatório final das auditorias e inspeções à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, mas não sabe a que auditoria se refere a Sra. Vereadora; no caso daquela que está relacionada com os bombeiros, estão a aguardar o envio do pré-relatório para poderem exercer o contraditório; só depois será apresentado o relatório final. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet perguntou se foi a única auditoria que tivemos.-----

A Sra. Presidente respondeu que houve uma auditoria do Tribunal de Contas e uma da Inspeção-Geral de Finanças, de que também aguardam o relatório. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos perguntou qual é o ponto da situação das obras da Sinagoga e para quando se prevê a sua conclusão, se vai avançar-se para a cobrança de entradas na parte do museu e para quando a colocação da sinalética nas vias de acesso.-----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes informou que teve lugar esta semana uma reunião de equipa com os responsáveis pela obra e pela parte da museografia da Sinagoga; a obra está concluída e estão muito perto da conclusão do espaço interpretativo, esperando-se que a inauguração ocorra antes da Festa dos Tabuleiros.-----

A Sra. Presidente acrescentou que ficou deserto um primeiro procedimento para continuar as escavações arqueológicas no espaço adjacente à Sinagoga – não era obrigatório, mas decidiram alargar a área das escavações -, estando a ser lançado um segundo procedimento para o efeito, assim como está a decorrer o procedimento para elaboração do projeto. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos perguntou o que está previsto em termos de sinalética informativa da localização do espaço e do museu. -----

A Sra. Presidente informou que existe sinalética em Carvalhos de Figueiredo no âmbito da Rede de Judiarias; no que se refere ao equipamento informativo junto aos monumentos e espaços visitáveis, está em elaboração o caderno de encargos para lançamento de um procedimento para colocação de totens associados aos QR Codes e às novas tecnologias. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias oito e



dezoito de fevereiro de dois mil e dezanove, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Filipa Alexandra Ferreira Fernandes e o Sr. Vereador Luís Manuel Monteiro Ramos não participaram na aprovação da ata da reunião de oito de fevereiro, por não terem estado presentes na reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia doze de abril de dois mil e dezanove, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, setenta e um euros e trinta e nove cêntimos (2.732.071,39€) em Operações Orçamentais, e cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e onze euros e setenta e oito cêntimos (156.811,78€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DOS SMAS DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2018-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o Relatório de Atividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento referente ao ano de 2018, aprovado pelo respetivo Conselho de Administração em reunião realizada a 26 de março, que apresenta os seguintes movimentos:-----

Saldo do ano anterior: setenta e dois mil, cento e setenta e dois euros e noventa e nove cêntimos (72.172,99€);-----

Receita cobrada: sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e dezassete euros e quarenta e cinco cêntimos (7.292.917,45€);-----

Despesa paga: sete milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta cêntimos (7.320.968,40€);-----

Saldo para a Gerência Seguinte: quarenta e quatro mil, cento e vinte e dois euros e quatro cêntimos (44.122,04€);-----

Proveitos e Ganhos: sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e dois euros e trinta e oito cêntimos (7.279.892,38€);-----

Custos e Perdas: sete milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos (7.893.616,57€);-----



Resultado líquido do Exercício: menos seiscentos e treze mil, setecentos e vinte e quatro euros e dezanove cêntimos (- 613.724,19€).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea 1) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Foi apresentada na reunião de câmara de 15.04.2019, a "Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara submetendo a apreciação do Executivo Municipal o Relatório de Atividades e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento referente ao ano de 2018, aprovado pelo respetivo Conselho de Administração em reunião realizada a 26 de Março". -----

Os movimentos apresentados são os seguintes: -----

Saldo do ano anterior: setenta e dois mil, cento e setenta e dois euros e noventa e nove cêntimos (72.172,99€); -----

Receita cobrada: sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e dezassete euros e quarenta e cinco cêntimos (7.292.917,45€); -----

Despesa paga: sete milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e sessenta e oito euros e quarenta cêntimos (7.320.968,40€); -----

Saldo para a Gerência Seguinte: quarenta e quatro mil, cento e vinte e dois euros e quatro cêntimos (44.122,04€); -----

Proveitos e Ganhos: sete milhões, duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e dois euros e trinta e oito cêntimos (7.279.892,38€); -----

Custos e Perdas: sete milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos (7.893,616,57€); -----

Resultado líquido do Exercício: menos seiscentos e treze mil, setecentos e vinte e quatro euros e dezanove cêntimos (- 613.724,19€). -----

O RAC'18 – Relatório de Atividades e contas de 2018, um documento de 129 páginas e mais umas dezenas anexos, que pautaram por uma imensidão de esquemas, de quadros e de gráficos, uma abordagem de tal modo otimista e narcisista, que não fossem os resultados



negativos, teríamos na nossa presença um tratado de boa gestão, um mar de rosas, coisa, que está muito longe de ser realidade.-----

O SMAS em fase de extinção, como já tínhamos anunciado, não tem futuro e não consegue registar uma gestão positiva, dentro de parâmetros que confortassem os Tomarenses e que mostrasse uma janela de futuro e boa gestão. -----

No relatório apresentado da gestão de 2018, é demonstrado a incapacidade de uma entidade o "SMAS", que ano após ano, desliza para valores cada mais negativos, num sistema onde a Câmara lhe serve de muleta, não fosse assim e os resultados ainda seriam mais graves e incompreensíveis. -----

O relatório, elaborado em 26 de março de 2019, apresenta-se como se o SMAS, fosse continuar por muitos e muitos anos, apresentando iniciativas e projeções, como se fosse continuar, ignorando que o seu destino é acabar e ser substituída pela TEJO AMBIENTE. -----

Os vereadores eleitos pelo PSD, defendem a solução Tejo Ambiente, uma solução intermunicipal, que irá substituir o SMAS e certamente com mais hipóteses e mais oportunidades, para melhorar o desempenho, em especial, em termos de abastecimento de água e de saneamento. -----

Em 2017 o resultado foi de -238 792,78€.-----

Em 2018 o resultado foi de -613 724,19€.-----

O SMAS continua a não melhorar os seus resultados líquidos em termos de exercício económico e em termos físicos, no terreno, a coisa ainda é mais negra, não conseguem eliminar o estado caótico de perdas de água, um dos piores a nível nacional.-----

A verdade dos números: -----

- Água entrada no sistema, corresponde a 3 764 645 m³, num valor de 2 170 694,31€, a água paga pelo SMAS.-----

- Água faturada no sistema, corresponde a 2 017 260 m³, num valor de 1 163 152,12€, a água cobrada pelo SMAS. -----

- Água perdida no sistema, corresponde a 1 747 645 m³, num valor de 1 007 542,13€, a água não cobrada pelo SMAS.-----

A água não faturada, resultante de fugas, de roubos e má gestão, uma doença, que o SMAS não consegue resolver, nem vai resolver.-----

Resultados negativos em termos do exercício económico e em termos físicos no terreno, na ação. Espera-se que a Tejo Ambiente, ultrapasse estas não conformidades e crie um sistema



mais equilibrado e sustentado, que caminhe para a redução do preço da água e da melhoria do serviço ao cidadão. -----

Votação: Os vereadores eleitos pelo PSD, José Delgado, Célia Bonet e Luís Ramos, votaram contra o ponto 1 da ordem do dia, em conformidade com o exposto anteriormente.”-----

N.º 02 – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2018 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Tomar referente ao ano de 2018, que apresenta os seguintes movimentos: -----

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL: -----

Saldo do ano anterior: - três milhões, noventa e três mil, setecentos e vinte sete euros e cinquenta cêntimos (3.093.727,50€); -----

Receita cobrada: - vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e três euros e vinte sete cêntimos (23.258.703,27€); -----

Despesa paga: - vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros e trinta e sete cêntimos (23.158.850,37€); -----

Saldo para a Gerência Seguinte: - três milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta euros e quarenta cêntimos (3.193.580,40€); -----

Proveitos e Ganhos: - vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos (24.367.890,35€); -----

Custos e Perdas: - vinte e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte seis euros e oitenta cêntimos (23.394.826,80€); -----

Resultado Líquido do Exercício: - novecentos e setenta e três mil, sessenta e três euros e cinquenta cêntimos (973.063,50€). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea 1) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “São apresentados em termos de execução orçamenta, os seguintes elementos: -----



Saldo do ano anterior: - três milhões, noventa e três mil, setecentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos (3.093.727,50€); -----
Receita cobrada: - vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e três euros e vinte e sete cêntimos (23.258.703,27€); -----
Despesa paga: - vinte e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta euros e trinta e sete cêntimos (23.158.850,37€); -----
Saldo para a Gerência Seguinte: - três milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta euros e quarenta cêntimos (3.193.580,40€); -----
Proveitos e Ganhos: - vinte e quatro milhões, trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa euros e trinta e cinco cêntimos (24.367.890,35€); -----
Custos e Perdas: - vinte e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e seis euros e oitenta cêntimos (23.394.826,80€); -----
Resultado Líquido do Exercício: - novecentos e setenta e três mil, sessenta e três euros e cinquenta cêntimos (973.063,50€). -----

Da análise do documento e do cruzamento com o que foi a gestão de 2018 no terreno, verifica-se a existência dum exercício que se pautou no essencial, por um sistema de gestão corrente, sem investimentos, onde o mote se continua a centrar em projeções, em estudos e em projetos, que teimam em não arrancar e em adiar o desenvolvimento e a sustentabilidade do concelho de tomar.-----

Tudo demora muito tempo, o que se traduz no adiamento, mês após mês, das necessidades de desenvolvimento, de atração de mais empresas, de criação de mais emprego, de atração de mais população, de fixação dos que cá estão. -----

A capacidade de endividamento passou de 0,9 milhões para 18 milhões de euros, uma melhoria, uma oportunidade para criar mais desenvolvimento, que não está a ser aproveitada, que evolui, muito lentamente, a par com os instrumentos de gestão do território, o PDM, os planos de pormenor, os projetos de requalificação urbana. Tudo sem ritmo, sem ambição, sem futuro. -----

Em termos de prestação de serviços de gestão do território (o PDM, os planos de pormenor, os projetos de requalificação urbana), surgem números demasiado elevados, para os resultados que tardam em aparecer, que se refletem nos seguintes números: -----

2016 - 612 511,92€; -----
2017 - 940 400,92€; -----
2018 - 790 523,56€. -----



São cerca de 2 343 436€, em três anos uma despesa em prestações de serviços, em estudos e projetos, cujos resultados não se sentem, nem se vêem. -----

As transferências para as freguesias têm vindo a diminuir, em 2016 representavam 1 040 982,17€, em 2017 representaram 1 496 809,99€ e em 2018 847 265,70€.-----

Os licenciamentos, as taxas diminuíram, os primeiros de 77 586,10€ para 66 104,10€ e as taxas de 240 272,88€ para 221 454,18€, um sinal de falta de investimentos e incentivos na área da reabilitação, da construção. O ciclo do investimento da reabilitação não dispara, não evolui, não se atraem empresas, como acontece em boa parte do país. -----

A diminuição da população no concelho de Tomar, é muito preocupante e tem de ser invertida, pois um concelho sem gente, tende para um concelho frágil e moribundo, em 2001 eram 42 915 Tomarenses, em 2011 eram 40 497, em 2015 eram 38 833, em 2016 eram 37 989 e em 2017 eram 37 573. -----

Muitas rúbricas podiam ser referenciadas neste documento, muitos números, que nos causam preocupação, mas o mais importante a referenciar é a ausência de uma política, que alavanque Tomar de forma eficaz, em termos de desenvolvimento, de criação de riqueza, de sustentabilidade, de mais justiça social, uma política que atraia mais população e que estanque a sua saída e que atraia os mais jovens. -----

Resultados dum exercício em 2018, que consideramos escassos, num processo que se rege por uma política de gestão do dia adia, sem futuro e sem ambição. -----

Votação: Os vereadores eleitos pelo PSD, José Delgado, Célia Bonet e Luís Ramos, votaram contra o ponto 2 da ordem do dia, em conformidade com o exposto anteriormente.”.-----

N.º 03 – PRIMEIRA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2019 DO MUNICÍPIO DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.ºs 646/2019 e 647/2019 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, no montante global de 3.193.580,40€ (três milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta euros e quarenta cêntimos). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter a primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019 a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 04 – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019 DOS SMAS DE TOMAR -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a primeira revisão ao Orçamento de 2019 dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, no montante global de 505.482,07€ (quinhentos e cinco mil, quatrocentos e oitenta e dois euros e sete cêntimos), aprovada pelo respetivo Conselho de Administração em reunião realizada a 29 de março. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter a primeira revisão ao Orçamento de 2019 dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----

N.º 05 – PROTOCOLO DE ASSISTÊNCIA AO HELIPORTO DA UNIDADE HOSPITALAR DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta do protocolo de Assistência ao Heliporto da Unidade Hospitalar de Tomar, a celebrar com o Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do referido protocolo nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 06 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL NO MÊS DE MARÇO DE 2019 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 187/2019 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro do Município no mês de março. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 1.910,00€ (mil, novecentos e dez euros).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 07 – APOIO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DA REGIÃO DO RIBATEJO -----



Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio extraordinário à Associação Protetora dos Animais da Região do Ribatejo, no valor de 20.000,00€ (vinte mil euros), para o desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente as relacionadas com o protocolo celebrado entre o município e a referida entidade, revogando a deliberação tomada a 29 de fevereiro de 2016.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, revogando a deliberação tomada a 29 de fevereiro de 2016. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----

N.º 08 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em março e abril pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM:-----

N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – março de 2019 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente ao relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação e Imagem durante o mês de março do corrente ano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os apoios prestados, no montante global de 91,20€ (noventa e um euros e vinte cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

GABINETE DE PROJETO E ACOMPANHAMENTO "TOMARHABITA": -----

N.º 10 – ADAPTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA NABÂNCIA – PROJETO BASE -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 41/EPTH/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto base para adaptação e regularização do edifício da Nabância, elaborado pela Gestorigam, PT Building Solutions, Lda. -



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o projeto base para adaptação e regularização do edifício da Nabância, a respetiva estimativa orçamental e a proposta de propriedade horizontal com a constituição de 6 frações, nos termos e fundamentos da informação n.º 41/EPTH/2019 e análise técnica autónoma, que homologa.-- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 11 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - Associação de Basquetebol de Santarém -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 73/2019 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da nave do pavilhão Nuno Álvares Pereira para realização de estágio da páscoa e da final da Taça Regional Sub16 Masculinos, nos dias 6, 7, 8 e 25 do corrente mês, respetivamente, conforme solicitado pela Associação de Basquetebol de Santarém, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 12 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO TRABALHADOR LUCIANO BERNARDO CAETANO BENTO -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal voto de pesar pelo falecimento do trabalhador Luciano Bernardo Caetano Bento, afeto ao Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria, em cumprimento da deliberação tomada a 25 de junho de 2018. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar um voto de pesar e enviar condolências à família.----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 - ALVARÁ DE LICENÇA DE TÁXI N.º 46/2003 - Joaquim Alicio da Silva -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a revogação da deliberação tomada a 31 de março de 2003, que autorizou a emissão da licença de táxi n.º 46/2003, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1321/DAJA/2019.-----



Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar a deliberação tomada a 31 de março de 2003, que autorizou a emissão da licença de táxi n.º 46/2003, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 1321/DAJA/2019, que homologa. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO BAILE DE FINALISTAS DA ESCOLA SECUNDÁRIA JÁCOME RATTON – Agrupamento de Escolas Templários ----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização de colocação de publicidade ocasional alusiva ao baile de finalistas da Escola Secundária Jácome Ratton, nos termos da informação n.º 1313/DAJA/2019, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação de publicidade, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A FESTA ANUAL - Centro de Reunião e Convívio do Povo da Zona dos Brazões -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a colocação de publicidade ocasional alusiva à festa anual do Centro de Reunião e Convívio do Povo da Zona dos Brazões, nos termos da informação n.º 1316/DAJA/2019, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a colocação da publicidade, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL A FESTA ANUAL - Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Asseiceira-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal a colocação de publicidade ocasional alusiva à festa anual em Pastorinhos, conforme solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Asseiceira, nos termos da informação n.º 1407/DAJA/2019, pelos fundamentos apresentados.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a colocação da publicidade, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto,



na sua atual redação, condicionada ao cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 49.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – FILMAGENS PARA PROGRAMA TELEVISIVO “A ÁRVORE DOS DESEJOS” – isenção de taxas-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao despacho n.º 1/2019 da Sra. Vereadora Filipa Fernandes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença para realização de filmagens na cidade de Tomar para o programa televisivo “A Árvore dos Desejos”, conforme solicitado pela produtora Shine Iberia Portugal.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento das taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----

N.º 18 – RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DE EDUCAÇÃO-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 1343/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de recrutamento de pessoal em reserva de recrutamento, constituída em resultado do procedimento concursal comum para o recrutamento de seis trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Tomar, na carreira e categoria de assistente operacional – área de educação, após deliberação da Câmara Municipal de 30 de janeiro de 2017 e da Assembleia Municipal, de 17 de fevereiro do mesmo ano, nos termos e fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o recrutamento de pessoal em reserva de recrutamento, constituída em resultado do referido procedimento concursal, nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com o n.º 2 do art.º 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para que as situações que venham a ocorrer, até ao término da vigência dos 18 meses, contados da data da homologação da lista de ordenação final, sejam, por questões de celeridade e de boa prestação do serviço público, automaticamente promovidas.-----



2.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 19 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 620/EDIF/DGT/2015, relativo à alteração e ampliação de uma habitação sita em Casal Marmelo, n.º 11, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, em que é requerente Isabel Maria Batista Brito Sirgado, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 4105/2019 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 4105/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade do licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA – Declaração de Caducidade -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao processo n.º 677/09, relativo à comunicação prévia para construção de uma habitação em Vale do Choupo, Alverangei, freguesia de São Pedro de Tomar, em que é requerente Maria Emília Delgado Silva, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 4297/2019 da Divisão de Gestão do Território. --

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos e fundamentos da informação n.º 4297/2019 da Divisão de Gestão do Território, que homologa, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia do interessado, se considera definitivamente declarada a caducidade do licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA TRANSFORMAÇÃO DO EDIFÍCIO SITO NA RUA SERPA PINTO N.º 30, E AVENIDA MARQUÊS DE TOMAR, N.º 8, EM UNIDADE HOTELEIRA – Soconjoser - Construções e Administração de Imóveis, Lda --



e.
/

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 2037/2019 da Divisão de Gestão do Território, emitida no seguimento do pedido de revogação da decisão comunicada ao requerente pelo ofício n.º 8/DGT/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a manutenção do teor da deliberação tomada a 14 de abril de 2009, entendendo tratar-se de iniciativa de manifesto interesse coletivo para este projeto, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou manter o teor da deliberação tomada a 14 de abril de 2009, entendendo tratar-se de iniciativa de manifesto interesse coletivo para este projeto, pelos fundamentos apresentados.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 22 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS A ESTÁGIO DE ÁRBITROS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às informações n.ºs 389/2019 e 394/2019 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais ao estágio de árbitros profissionais que decorreu em Tomar, no dia 13 de março, conforme solicitado pela Federação Portuguesa de Futebol.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS À CAMINHADA TRILHO DAS CASCATAS DE OLALHAS -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 525/2019 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais à Caminhada Trilho das Cascatas, em Olalhas, conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Freguesia de Olalhas.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 24 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE SABACHEIRA – Isidro dos Moinhos da Silva -----



Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.006006.2019 relativo às ações de rearborização com eucalipto-comum, a desenvolver por Isidro dos Moinhos da Silva, numa área de 1,21 hectares, na Freguesia de Sabacheira, nos termos e fundamentos da informação n.º 515/2019 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer favorável ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação dada pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto. -----

Mais deliberou licenciar a ação de destruição de revestimento vegetal sem fins agrícolas, de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 25 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE REARBORIZAÇÃO NA FREGUESIA DE OLALHAS – Albertino Pereira das Neves-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a emissão de parecer favorável ao processo PR.005881.2019 relativo às ações de rearborização com eucalipto-comum, a desenvolver por Albertino Pereira das Neves, numa área de 7,41 hectares, na Freguesia de Olalhas, nos termos e fundamentos da informação n.º 517/2019 da Divisão de Proteção Civil. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer favorável ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação dada pela Lei n.º 77/2017, de 17 de agosto. -----

Mais deliberou licenciar a ação de destruição de revestimento vegetal sem fins agrícolas, de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de abril. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 26 – XXVI CONGRESSO DA SOPA-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 608/2019 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal aspetos inerentes à realização da 26.ª edição do Congresso da Sopa, no dia 4 de maio de 2019. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou:-----

1- Aprovar a entrega das receitas de bilheteira (excetuando os resultados da venda de kits), no montante máximo de 5.000€ (cinco mil euros), ao Centro de Integração e Reabilitação de Tomar (CIRE); -----



- 2- Aprovar a seguinte tabela de preços: -----
- Ingressos no evento: -----
Bilhetes (sem Kit): Crianças 6 aos 12 anos - 2,00€ (dois euros); -----
Adultos - 5,00€ (cinco euros); -----
Família (2 Adultos + 2 Crianças) - 12,00€ (doze euros); -----
- Outros: -----
Kit Congresso da Sopa (copo, taça, colher e guardanapo) - 3,50€ (três euros e cinquenta
cêntimos); -----
3- Atribuir um subsídio no valor de 25,00€ (vinte cinco euros) aos restaurantes e de 100,00€
(cem euros) aos produtores de vinho participantes.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

**N.º 27 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO TERCEIRO ANDAR
ESQUERDO DA RUA DA NABÂNCIA, N.º 12**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente ao exercício do direito de preferência na venda da fração autónoma designada pela letra G, correspondente ao terceiro andar esquerdo do prédio sito na rua da Nabância, n.º 12, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 3505-G, que Ana Margarida Bernardo Gomes Ribeiro pretende fazer a Manuel António da Silva Carvalho e Ana Paula Fonseca Neves, pelo valor de 54.500,00€ (cinquenta e quatro mil, quinhentos euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada, nos termos e condições apresentados.-----

Mais deliberou notificar o requerente para remeter cópia da escritura à Câmara Municipal, no prazo de 15 dias após a respetiva celebração.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 28 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 837 (Cem Soldos)
do Corpo Nacional de Escutas**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1262/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal ao Agrupamento 837 (Cem Soldos) do Corpo Nacional de Escutas, nos dias 31 de julho e 6 de agosto, para deslocação ao aeroporto de Lisboa, e regresso, com o custo estimado de 590,50€



(quinhentos e noventa euros e cinquenta cêntimos), com eventuais portagens a cargo da referida entidade.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o autocarro municipal ao Agrupamento 837 (Cem Soldos) do Corpo Nacional de Escutas, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 29 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Agrupamento 44 (Tomar) do Corpo Nacional de Escutas-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1431/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal ao Agrupamento 44 do Corpo Nacional de Escutas, no dia 25 de abril, para deslocação a Vila Nova da Barquinha, com o custo estimado de 125,00€ (cento e vinte cinco euros), com eventuais portagens a cargo da referida entidade.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o autocarro municipal ao Agrupamento 44 do Corpo Nacional de Escutas, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 30 – UTILIZAÇÃO DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Igreja Evangélica Baptista de Tomar-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1416/DAJA/2019, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência do autocarro municipal à Igreja Evangélica Baptista de Tomar, no dia 4 de maio, para deslocação a Coimbra, com o custo estimado de 223,00€ (duzentos e vinte e três euros), com eventuais portagens a cargo da referida entidade.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o autocarro municipal à Igreja Evangélica Baptista de Tomar, com pagamento de eventuais portagens a cargo da entidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 31 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL - ROTAS DE SEFARAD REFERENTE A 2018-----

Foram presentes, para conhecimento, os documentos de prestação de contas da Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad relativos ao exercício de 2018.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 32 – ATUALIZAÇÃO DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O ANO DE 2019 -----**

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 26 de março, relativa à atualização da taxa de recursos hídricos para o corrente ano.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e dezoito minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---